



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**A CONSTRUÇÃO DE PRINCÍPIOS DE
CONVIVÊNCIA EM CONTEXTO DE GESTÃO
DEMOCRÁTICA EM UMA ESCOLA DE MST**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MICHELE MARTINS DOS SANTOS

**Sapucaia do Sul, RS, Brasil
2010**

**A CONSTRUÇÃO DE PRINCÍPIOS DE CONVIVÊNCIA EM
CONTEXTO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA EM UMA
ESCOLA DE MST**

por

MICHELE MARTINS DOS SANTOS

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito
parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientadora: Prof. Maria Luiza Rodrigues Flores

**Sapucaia do Sul, RS, Brasil
2010**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**A CONSTRUÇÃO DE PRINCÍPIOS DE CONVIVÊNCIA EM
CONTEXTO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA EM UMA ESCOLA DE
MST**

elaborada por
MICHELE MARTINS DOS SANTOS

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Maria Luiza Rodrigues Flores, Dr.
(Presidente/Orientador)

Ana Paula da Rosa Cristino, Ms. (UFSM)

Patrícia Thoma Eltz, Ms. (SMEC)

Santa Maria, 18 de setembro de 2010.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

A CONSTRUÇÃO DE PRINCÍPIOS DE CONVIVÊNCIA EM CONTEXTO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA EM UMA ESCOLA DE MST

AUTORA: MICHELE MARTINS DOS SANTOS

ORIENTADORA: MARIA LUIZA RODRIGUES FLORES

Data e Local da Defesa: Sapucaia do Sul/RS, 18 de setembro de 2010.

A presente monografia investigou “A construção de Princípios de Convivência em Contexto de Gestão Democrática em uma Escola de MST”, tendo como referência específica, a realidade da Escola Estadual de Ensino Médio Nova Sociedade, escola do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, localizada no assentamento Itapuí, na zona rural de Nova Santa Rita/RS. A pesquisa foi qualitativa, sendo realizado um estudo de caso da referida escola. A metodologia para coleta de dados, envolveu: análise documental, observações no contexto escolar e entrevistas com professores, gestores, funcionários, comunidade escolar e alunos. Os principais autores que deram sustentação a este estudo foram: PARO, LUCK e LUCKESI, sobre gestão democrática; FREIRE, para a Educação Popular; CALDART, para a Escola do MST. O objetivo foi investigar a participação de professores, funcionários, gestores, comunidade escolar e alunos na construção dos Princípios de Convivência. As principais conclusões desse estudo indicam que: (1) O envolvimento de professores, funcionários, gestores, comunidade escolar e alunos, facilitam e evidenciam o cumprimento dos Princípios de Convivências; (2) A escola apresenta características de uma gestão democrática.

Palavras-chave: Escola do MST. Princípios de Convivência. Gestão Democrática.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

(A CONSTRUÇÃO DE PRINCÍPIOS DE CONVIVÊNCIA EM CONTEXTO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA EM UMA ESCOLA DE MST)

THE CONSTRUCTION OF PRINCIPLE'S OF COEXISTENCE IN CONTEXT
OF DEMOCRATIC MANAGEMENT IN A MST SCHOOL

AUTHOR: MICHELE MARTINS DOS SANTOS

ADVISER: MARIA LUIZA RODRIGUES FLORES

Data e Local da Defesa: Sapucaia do Sul/RS, 18 de setembro de 2010.

This thesis investigated “The construction of Principle’s of Coexistence in Context of Democratic Management in a MST School”, with reference to specific reality of Nova Sociedade School. School of Landless Workers Movement (MST) located in the settlement Itapuí, in rural Nova Santa Rita/RS. The research was qualitative and performed a case study of that school. The methodology for data collection, involved: document analysis, observations in the school and interviews with teachers, administrators, staff, students and school community. The main authors who have supported this study were: PARO, LUCK and LUCKESI on democratic management; FREIRE, for popular education; CALDART, for the School of MST. The objective was to investigate the involvement of faculty, staff, administrators, school community and students in the construction os the Principles of Coexistence. The main conclusions of this study indicate that: (1) The involvement of faculty, staff, adiministrator, school community and students, facilitates and demonstrates compliance with the principles of coexistence, (2) The school há characteristics of a democratic administrations.

Key-words: School of the MST. Principles of Coexistence. Democratic Management.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
1 GESTÃO EDUCACIONAL DEMOCRÁTICA	10
2 A GESTÃO DEMOCRÁTICA EM UMA ESCOLA DE MST	13
2.1 Princípios de Convivências no Contexto Escolar	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	28
APÊNDICES	32
APÊNDICE A – Formulário Utilizado para Entrevista	33
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	34
APÊNDICE C – Autorização da escola	36
ANEXOS	37
ANEXO A – Princípios de Convivência	38

APRESENTAÇÃO

A presente monografia abordou a temática “A construção de Princípios de Convivência em Contexto de Gestão Democrática em uma Escola do MST”, e tomou como ponto de referência específica, a realidade escolar da Escola Estadual de Ensino Médio Nova Sociedade, escola do MST, localizada no assentamento Itapuí, na zona rural de Nova Santa Rita.

A problemática desta pesquisa dá-se através da seguinte pergunta: Os mecanismos utilizados para a elaboração dos Princípios de Convivência na Escola Estadual de Ensino Médio Nova Sociedade, no município de Nova Santa Rita/RS correspondem ao paradigma de gestão democrática explicitado no PPP da Escola?

Sou educadora nesta referida escola há três anos. Quando iniciei minha atividade docente, percebi que existia algo diferente no âmbito do contexto escolar, pois os gestores articulavam suas decisões com professores, funcionários, alunos e comunidade escolar, nada era imposto, e sim discutido e avaliado. Nunca tinha estudado sobre Gestão Democrática e nem tinha nenhum conhecimento ou idéia sobre o assunto na educação. Inicialmente, a minha postura diante de tal vivência era apenas de observadora. Muitas vezes, discordava de certas atitudes em relação à postura dos gestores, pois acreditava que deveriam ser mais rígidos com os alunos. Estava acostumada com uma gestão tradicional, onde tudo era controlado, supervisionado, dirigido pelo diretor e sua equipe diretiva que repassavam as informações para o grupo de interesse professor/ funcionários/alunos.

Aderi à proposta de fazer parte e me envolver nas atividades à medida que fui constatando a importância da participação ativa de todos (gestores/professores/alunos/funcionários/comunidade escolar) na gestão democrática escolar.

No ano de 2009, ingressei no curso de especialização em Gestão educacional, por isso, resolvi fazer um estudo de caso, na referida escola.

A proposição do estudo é investigar a participação de professores, funcionários, gestores, comunidade escolar e alunos , na construção dos Princípios de Convivência. Trata-se de uma pesquisa qualitativa em Educação do tipo descritiva, onde foi realizado um Estudo de caso na Escola , descrevendo sua realidade singular em relação aos dados investigados, envolvendo coleta e análise de dados documentais da Escola e entrevistas com gestor, educadores, educandos, funcionários e comunidade escolar, sendo feita a de coleta de dados no período de 15/02/2010 a 15/07/2010.

Os sujeitos da pesquisa foram: quatro educadores, um gestor, dois funcionários, um participante da comunidade escolar e dois alunos. As entrevistas foram compostas de perguntas sobre Gestão Democrática educacional e sobre a construção dos Princípios de Convivência na Escola. A escola autorizou informar o nome, bem como os sujeitos entrevistados as informações obtidas na ficha de entrevista.

As fontes para o levantamento de dados documentais foram estudo da legislação e análise de documentos do MST(Movimento Sem terra). As etapas foram: levantamento de informações em diferentes fontes documentais, realização de entrevistas, sistematização dos dados coletados, análise comparativa entre os dados das diferentes fontes.

A fundamentação teórica apoiou-se em PARO, 2003; LUCK, 2000 e 2006; LUCKESI, 2007, referentes a Gestão Democrática, FREIRE, 1983, 1987 e 1997 para Educação Popular e CALDART, 1997, 1999, 2000 e 2001, MST.

O primeiro capítulo faz-se uma breve leitura sobre gestão democrática educacional e o segundo capítulo retrata a gestão democrática de uma Escola do MST, também é abordado a construção dos Princípios de Convivência no Contexto escolar da mesma.

No trabalho serão usadas as reduções (serão inseridas no segundo capítulo do trabalho) , como forma de organização pessoal, de acordo com a tabela abaixo:

Abreviação	Significado
A1P1	Aluno 1 , pergunta 1
A1P2	Aluno 1 , pergunta 2
A1P3	Aluno 1 , pergunta 3
A1P4	Aluno 1 , pergunta 4
A2P1	Aluno 2 , pergunta 1
A2P2	Aluno 2 , pergunta 2
A2P3	Aluno 2 , pergunta 3
A2P4	Aluno 2 , pergunta 4
F1P1	Funcionário 1, pergunta 1
F1P2	Funcionário 1, pergunta 2
F1P3	Funcionário 1, pergunta 3
F1P4	Funcionário 1, pergunta 4
F2P1	Funcionário 2, pergunta 1
F2P2	Funcionário 2, pergunta 2
F2P3	Funcionário 2, pergunta 3
F2P4	Funcionário 2, pergunta 4
E1P1	Educador 1, pergunta 1
E1P2	Educador 1, pergunta 2
E1P3	Educador 1, pergunta 3
E1P4	Educador 1, pergunta 4
E2P1	Educador 2, pergunta 1
E2P2	Educador 2, pergunta 2
E2P3	Educador 2, pergunta 3
E2P4	Educador 2, pergunta 4
E2P1	Educador 2, pergunta 1
E2P1	Educador 2, pergunta 2
E2P3	Educador 2, pergunta 3
E2P4	Educador 2, pergunta 4
E3P1	Educador 3, pergunta 1
E3P2	Educador 3, pergunta 2
E3P3	Educador 3, pergunta 3
E3P4	Educador 3, pergunta 4
E4P1	Educador 4, pergunta 1
E4P2	Educador 4, pergunta 2
E4P3	Educador 4, pergunta 3
E4P4	Educador 4, pergunta 1
CEP1	Comunidade Escolar, pergunta 1
CEP2	Comunidade Escolar, pergunta 2
CEP3	Comunidade Escolar, pergunta 3
CEP4	Comunidade Escolar, pergunta 4
G1P1	Gestor 1, pergunta 1
G1P2	Gestor 1, pergunta 2
G1P3	Gestor 1, pergunta 3
G1P4	Gestor 1, pergunta 4

1 GESTÃO EDUCACIONAL DEMOCRÁTICA

A expressão gestão educacional vem se constituindo, a partir de meados da década de 90, em um conceito comum no discurso de orientação das ações de sistemas de ensino e de escolas. Essa expressão abrange tanto a gestão de sistemas de ensino como a gestão escolar, apresentando-se associada a um novo paradigma, que se caracteriza por maior aproximação na tomada de decisões entre os diferentes segmentos do conjunto, pela aproximação entre planejamento e ação.

Segundo Lück (2006, p. 35-36),

gestão educacional corresponde ao processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para implementação das políticas educacionais e projetos pedagógicos das escolas, comprometidos com os princípios e com métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias no âmbito de suas competências), de participação e compartilhamento (tomada de decisões e efetivação de resultados) autocontrole (acompanhamento e avaliação com retorno de informações) e transparência (demonstração pública de resultados).

O termo gestão, segundo Ferreira (2000), vem se firmando no âmbito da Administração da Educação e no estudo das instituições e organizações, incluindo as educacionais, com um sentido mais dinâmico: movimento, ação, mobilização e articulação. “Hoje seu emprego é preponderante para exprimir a responsabilidade pela direção e pela garantia de qualidade da educação e do processo educacional em todos os níveis de ensino e da escola.” (p.306-307).

Enquanto organização, a escola constitui uma das áreas de reflexão do pensamento educacional que se tornou mais visível nos últimos tempos.

A partir dos anos 80 e 90, exigiu a construção de uma pedagogia centrada na escola e a elaboração de uma nova teoria curricular e investimentos nos estabelecimentos de ensino como lugares dotados de margens de autonomia, como espaços de formação e de auto-formação participada, como centros de investigação e de experimentação, enfim, como núcleos de iteração social e de intervenção comunitária (NÓVOA, 1992, p.19).

Em 1988, a gestão democrática foi constitucionalmente instituída como princípio do ensino público brasileiro e, em dezembro de 1996, reafirmada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LC 9.394/96, art. 3º, VIII).

Pensar a gestão democrática da educação implica em dar relevância aos princípios de descentralização e participação, básicos para implementação de um processo responsável pela condução dos destinos da instituição escola, em busca da transformação social. E, ainda, em dar relevância ao princípio de autonomia da escola, condição necessária para a ampliação da democratização da gestão escolar.

Neste sentido, a gestão democrática da escola pública exige a efetiva participação dos vários segmentos representativos da escola e da comunidade. A participação, fio condutor da gestão democrática envolve, necessariamente, a partilha do poder.

A participação dá às pessoas a oportunidade de controlar o próprio trabalho, sentirem-se autoras e responsáveis pelos seus resultados, construindo, portanto, sua autonomia. Ao mesmo tempo, sentem-se parte orgânica da realidade e não apenas um simples instrumento para realizar objetivos institucionais. Mediante a prática participativa, é possível superar o exercício do poder individual e de referência e promover a construção do poder da competência, centrado na unidade social escolar como um todo (LUCK, 2000, p.33).

De acordo com Maia e Bogoni(2008, p.55), para realizar uma gestão democrática é preciso acreditar que a atuação do todo conjuntamente “têm mais chances de encontrar os caminhos para atender às expectativas da sociedade a respeito da atuação da escola”. Quanto maior for o número de pessoas participando na vida escolar, maior é probabilidade de “estabelecer relações mais flexíveis e menos autoritárias entre educadores e comunidade escolar”, pois:

Quando pais e professores estão presentes nas discussões dos aspectos educacionais, estabelecem-se situações de aprendizagem de mão dupla: ora a escola estende sua função pedagógica para fora, ora a comunidade influencia os destinos da escola. As famílias começam a perceber melhor o que seria um bom atendimento escolar, a escola aprende a ouvir sugestões e aceitar influências (MAIA; BOGONI, 2008, p. 23) .

Segundo Libâneo (2001, p. 79):

A participação é o principal meio de se assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, da estrutura organizacional e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorecem uma aproximação maior entre professores, alunos, pais.

A gestão participativa compreende aquela em que todos os agentes envolvidos participam no processo decisório, partilhando méritos e responsabilidades. Dentro do processo democrático e descentralizador a gestão participativa escolar propicia igualdade de condições na participação e distribuição equitativa de poder, responsabilidades e benefícios.

2. A GESTÃO DEMOCRÁTICA EM UMA ESCOLA DO MST

A escola democrática permite, e requer a participação coletiva e a democratização da sua gestão. Trata-se do resultado de uma evolução histórica da sociedade, cuja contemporaneidade representa uma metamorfose significativa e revolucionária, que representa um momento crítico e privilegiado de mudanças radicais, embora não se trata de melhora ou reforma daquilo que já existe, e sim, um processo de transformação que exige um constante recriar e reinventar das práticas.

A escola (democrática e descentralizada) permite que educadores reencontrem e reconstruam o sentido e o prazer de educar; permite a construção de uma nova educação, gerada no interior das escolas, que ressignificando o ato educativopedagógico; e a produção de novos conhecimentos sobre o aprender e sobre a sala de aula, que, inclusive, gerando ricas terminologias, como, por exemplo, “ensinagem”, “aprendência”, “ecologia cognitiva” e “sociedade aprendente”, entre outras (WITTMANN, 2000, p.55).

A Escola Estadual de Ensino Médio Nova Sociedade, está ligada ao MST e localizada no assentamento Itapuú, na zona Rural do município de Nova Santa Rita, no Rio Grande do Sul. A Instituição abrange o Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e adultos - EJA, nos três turnos em que funciona. Atualmente a escola conta com uma supervisora escolar, um diretor, três vice diretoras (uma para cada turno), três merendeiras, duas serventes, duas secretárias e vinte e dois professores.

A escola do MST é uma Escola do Campo, vinculada a um movimento de luta social pela Reforma Agrária no Brasil. É uma escola pública, com a participação da comunidade na sua gestão e orientada pela Pedagogia do Movimento. Os educandos da escola são crianças, adolescentes, jovens e adultos, são do campo e do MST, assentados nas proximidades da escola.

A Escola tem como data de fundação 13 de novembro de 1980, mas a história da Escola Nova Sociedade começou três anos antes, em 1987, quando chegaram à região as primeiras 15 famílias do grande acampamento da fazenda Anoni. O grupo ficou acampado na região até 1988, quando foram assentados. Em 1990, o Decreto de Lei 33.720 criou a escola Nova Sociedade.

Após o decreto, os pequenos agricultores organizaram a gestão da escola. As primeiras aulas ocorreram nas casas dos próprios colonos, pois as obras nos prédios que abrigariam a escola ainda não tinham sido concluídas.

O desenvolvimento de formas alternativas de educar e o reconhecimento da comunidade, levou a instituição a ser a Escola Base das Escolas Itinerantes dos Acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no RS, em 1996.

Conforme atual diretora da escola Elaine da Rosa, assentada no assentamento Capela, em Nova Santa Rita, afirma que a escola só foi possível pois existem pessoas que não se conformam com as injustiças e lutam para a construção de uma nova sociedade.

A Escola Nova Sociedade é movida pela educação em movimento que significa, ao mesmo tempo, enfrentar obstáculos, ver as crianças brincando, é isso que nos motiva a fazer educação. A gente vive um recomeço constante, pois a gente faz educação em forma de movimento, em forma de processo construtivo (Elaine da Rosa, diretora da escola).

A referida escola é regida por princípios filosóficos e pedagógicos vinculados à Pedagogia do MST e aos Princípios e Diretrizes da Educação Pública Estadual, buscando desenvolver uma educação como processo do ser humano, abrangendo o conhecimento científico com conteúdos socialmente significativos e voltados para o campo e a construção da memória dos valores humanistas de forma participativa e igualitária.

Segundo a Pedagogia do Movimento (2000, p.27):

O processo de formação humana vivenciado pela coletividade Sem Terra em luta, é a grande matriz para pensar uma educação centrada no desenvolvimento do ser humano, e preocupada com a formação de sujeitos da transformação social e da luta permanentemente por dignidade, justiça, felicidade.

Por isso, na escola se busca refletir sobre o conjunto de práticas que fazem dia-a-dia dos Sem Terra, e extrair delas lições de pedagogia, que permitam qualificar nossa intencionalidade educativa.

[...] através do debate coletivo todos tornam-se responsáveis pelas decisões bem como pela avaliação do processo e das alternativas frente aos desafios encontrados. Atuando coletivamente e assumindo o papel de sujeito da construção da realidade esta atua sobre a consciência de todos. G1P2

Parte da realidade e da cultura organiza-se coletivamente buscando a cooperação da comunidade escolar, desenvolvendo e incentivando os valores humanistas e resgatando a dignidade da pessoa humana.

Realidade é o meio em que vivemos. É tudo aquilo que fazemos, pensamos, dizemos e sentimos da nossa vida prática. É o nosso trabalho. É a nossa organização. É a natureza que nos cerca. São as pessoas e o que acontece com elas. São os nossos problemas do dia a dia e também os problemas da sociedade que se relacionam com a nossa vida pessoal e coletiva (CALDART, 1999, p.31) .

A proposta de educação do MST foi constituída por meio de cooperação, entre alunos, professores e lideranças do movimento.

A investigação do pensar do povo não pode ser feita sem o povo, mas com ele, como sujeito do seu pensar. E seu pensar é mágico ou ingênuo, será pensado seu pensar, na ação, que ele mesmo se superará. E a superação não se faz no ato de consumir idéias, mas no de produzi-las e de transformá-las na ação e na comunicação (FREIRE, 1987, p.101).

Essa Proposta envolve os seguintes fatores: (1) A escola de assentamento deve preparar as crianças para o trabalho no meio rural;(2) A escola deve capacitar para a cooperação;(3)A direção da escola deve ser coletiva e democrática; (4) A escola deve refletir e qualificar as experiências de trabalho produtivo das crianças do assentamento; (5) A escola deve ajudar no desenvolvimento cultural dos assentados; (6) O ensino deve partir da prática e levar ao conhecimento científico da realidade; (7) O coletivo da escola deve se preocupar com o desenvolvimento pessoal de cada aluno; (8) O professor tem que ser militante; (9) A escola deve ajudar a formar militantes e exercitar a mística da luta popular; (10) A escola também é lugar de viver e refletir sobre uma nova ética.

A Escola Nova Sociedade tenta por em prática a proposta do MST, mas nem sempre é possível, como por exemplo na contratação de professores

militantes. Localizada na zona rural, afastada da cidade, onde os ônibus coletivos não passam com frequência, estradas de difícil acesso, existe uma grande rotatividade de professores, com diferentes visões e percepções de educação.

Brabo (2004, p. 36) menciona que são muitas as dificuldades para o alcance definitivo de uma gestão democrática, dentre elas, a inexistência de canais eficazes de comunicação; resistência de segmentos da própria escola; ausência histórica de uma cultura de participação na sociedade brasileira; a forma de encaminhamentos das políticas públicas pelos órgãos intermediários de coordenação da educação, bem como as exigências burocráticas.

A Instituição de ensino preocupa-se não somente com a qualidade técnica, mas também com a formação política humana em todos os aspectos; cabe sistematizar o que o educando detém de modo separado, sem perder de vista a qualidade do trabalho e a necessidade do avanço em menor tempo possível.

Conforme os princípios do MST(2000), devemos formar educandos com consciência de seus direitos humanos e de sua dignidade. A escola acredita que há uma pedagogia da escolha à medida que reconhecemos que as pessoas se educam e se humanizam mais quando exercitam a possibilidade de fazer escolhas e de refletir sobre elas.

Freire (1983, p.35) diz que “Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções”.

Na escola Nova Sociedade, todos os seus sujeitos são estimulados ao exercício da escolha, nas pequenas e nas grandes coisas, de modo que assim aprendem a cultivar valores e a refletir sobre eles, há em cada turma geralmente, de três a quatro núcleos de base, depende da divisão dos núcleos (números de alunos em cada grupo).

Com a criação dos núcleos de base parte da responsabilidade fica com os alunos que tratam para a boa convivência entre direção, funcionários e alunos. E1P3

Esses núcleos reúnem-se geralmente, mensalmente para debaterem assuntos relativos a turma, professores, gestores, funcionários e comunidade. . As discussões mais importantes são levadas para os gestores da escola.

Práticas ligadas à participação dos educadores e dos educandos na estrutura orgânica da escola, ajudando a tomar decisões, a administrar e comandar a execução das tarefas sob sua responsabilidade, a avaliar o desempenho de cada pessoa e do coletivo no conjunto dos tempos e espaços educativos da escola; também práticas de auto-organização dos educandos em vista de sua coletividade específica, e para viabilizar suas iniciativas de turma ou grupo de educandos [...] envolvem também tempos conjuntos com a comunidade, que também participam desses processos de gestão (MST, 2005,262).

Os educandos, educadores, funcionários e direção têm reservado um tempo semanal para avaliação, planejamento e encaminhamentos coletivo da escola que são ratificados em assembléia, posteriormente a coordenação da escola, com o apoio e aval do Conselho Escolar, faz o encaminhamento executivo das ações propostas, juntamente com a participação da comunidade escolar.

A gestão democrática da educação é, ao mesmo tempo, transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência. Uma escola é o que são os seus gestores, os seus educadores, os pais dos estudantes, os estudantes e a comunidade. A 'cara da escola' decorre da ação conjunta de todos esses elementos (LUCKESI, 2007, p. 15).

A gestão pedagógica compreende a ação coletiva e integral focada no propósito único de educar o aluno, na busca continuada para desenvolver no alunado competências para lidar de forma produtiva com a realidade (interna e externa),além de provê-los, indistiguivelmente, com oportunidades de melhores chances de êxito na vida.

O Projeto Político Pedagógico - PPP compreende a principal e mais importante ferramenta da gestão pedagógica, visto que dela emanam as diretrizes, orientações que possibilitam resultados positivos, quando bem delineados.

Etimologicamente, projeto pedagógico compreende um trabalho conjunto, pensado e elaborado em favor do bem comum. Uma proposta para o porvir de uma escola. O termo projeto é de origem latina: *projecto* ou *proiecto*, cujo significado é “lançar para frente, fazer pulsar a partir de dentro, arremessar, afastar”; e o pedagógico vem do grego *paidagogikós*, que significa “cuidar de uma doença”. *Paidagogikós*, por sua vez, deriva do termo *paideía*, que corresponde a “educação, ensino, exercício com as crianças, método de ensino, formação, conhecimento, arte de fazer qualquer coisa”, do qual advém o termo *paidagogía*, que significa “direção de crianças, educação, cuidado de um enfermo” (LOURENÇO, 2003, p. 2).

Além destes termos, “projeto” e “pedagógica”, Veiga (2002, p.58) aborda também o enfoque “político”, traduzido pela busca um rumo, de uma direção, por meio de uma ação intencional, que possui sentido explícito, um compromisso definido coletivamente. Assim, todo projeto pedagógico de escola é um projeto político, porque além de ser pedagógico no “sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas” para atingirem os propósitos e intencionalidades almejados, também está intimamente ligado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária.

Assim, o PPP compreende a construção coletiva, “dos atores da Educação Escolar”, resultando na tradução que a Escola faz de suas finalidades, a partir das necessidades que lhe estão colocadas, por todos os agentes envolvidos no processo da educação democrática: professores/alunos/equipe pedagógica / pais, mediante os recursos de que dispõe (PIMENTA, 2002, p39).

Gadotti (1994, p.53) elucida que: A construção do projeto compõe a direção política, o rumo, norte, por esse motivo, a construção do projeto é um inconcluso, “uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola”.

Em relação ao PPP, a Escola acredita que um dos elementos fundamentais a considerar na elaboração do mesmo é o projeto de formação humana. Conforme os cadernos do MST, a Escola deve assumir o seu projeto

político e pedagógico visando construir uma existência social de dignidade, justiça e felicidade de todos.

No projeto pedagógico do MST, a Escola é um lugar que privilegia a organização de práticas que se constituam como situações de aprendizagens diversos, capazes de dar conta da complexidade do processo e formação humana .

A Escola trabalha de forma interdisciplinar e coletivamente construindo saberes significativos e socialmente relevantes, identificados pelos educadores durante a construção e reconstrução do PPP. Assim os conteúdos das diferentes áreas do conhecimento estão a serviço da construção de conceito, numa relação essencialmente dialética e dialógica.

Atualmente estamos trabalhando vários projetos interdisciplinares que acontecem, integrando os três turnos da Escola, estes projetos são: (1) Lixo à Vida, o qual estamos tentando implantar na comunidade uma separação de lixo e reaproveitá-los como garrafa “pet”, caixa de leite, revistas, jornais embalagens, para fazermos artesanato, cascas de alguns alimentos para ensinarmos receitas e a separação de outras para colocarmos na horta, (2) A construção de uma cisterna para reaproveitarmos a água da chuva na horta da escola, (3) Aquecedor solar com garrafas “pet” e caixas de leite, (4) Farmácia natural, usando o horto da escola, (5) Criação de um “folder” para a escola, (6) plantação de araucária.

Um trabalho interdisciplinar, antes de garantir associação temática entre diferentes disciplinas – ação possível mas não imprescindível –, deve buscar unidade em termos de prática docente, ou seja, independentemente dos temas/assuntos tratados em cada disciplina isoladamente. Em nossa proposta, essa prática docente comum está centrada no trabalho permanentemente voltado para o desenvolvimento de competências e habilidades, apoiado na associação ensino–pesquisa e no trabalho com diferentes fontes expressas em diferentes linguagens, que comportem diferentes interpretações sobre os temas/assuntos trabalhados em sala de aula. Portanto, esses são os fatores que dão unidade ao trabalho das diferentes disciplinas, e não a associação das mesmas em torno de temas supostamente comuns a todas elas (BRASIL, 2002, p. 21-22).

A maioria dos educadores, alunos, funcionários, gestores e comunidade se envolvem nos projetos de alguma forma, podemos observar isso na fala do educador:

Porque se eu participo eu posso ajudar em alguns projetos ou até mesmo sugerindo algumas mudanças. E4P2

Na proposta do MST, tenta-se romper com a educação tradicional que organiza o currículo em torno de conteúdos retirados dos livros, sem a preocupação com a realidade do educando.

O nosso currículo deve ser desenvolvido a partir da realidade próxima das crianças e através de experiências práticas. O aluno precisa perceber claramente que aquilo que está aprendendo tem sentido prático na sua vida no assentamento. Somente assim conseguirá avançar no conhecimento da realidade mais distante: MST como um todo, do estado, do país, do mundo (CALDART, 1999, p.33)

Também, é desenvolvido na Escola o projeto Intitulado Motivação e Cooperação na escola – democracia e conscientização, o qual tem por objetivo desenvolver um modelo de trabalho educativo e pedagógico a fim de facilitar o trabalho do educador na sala de aula e na escola, motivar os educandos.

A própria sala de aula é um lugar de gestão e, principalmente, de aprendizagem da gestão democrática, não só da escola, mas da vida. Exercitar a gestão democrática na escola é uma forma de ensinar e aprender (LUCKESI, 2007,p.36).

A avaliação é um processo constante, participativo e democrático, envolvendo pais, alunos, professores e gestores. A cada trimestre os educandos do Ensino Fundamental, o qual os pais participaram de reuniões e debates a cerca do aluno, recebem um parecer descritivo, os educandos, cujos responsáveis não compareceram na escola são convocados a virem até a mesma para pegarem o parecer descritivo o qual é entregue por gestores.

Segundo Pierro (2003, p. 59) “Ministério da Educação deveria se pronunciar nacionalmente no principio de cada ano letivo, para informar sobre a importância da participação dos pais e responsáveis nos Conselhos de Escola”.

No ensino Médio acontece o mesmo, porém os educandos recebem um boletim com nota e parecer descritivo.

Existe um esforço em retomar um grau de democracia que foi muito forte em determinadas épocas na nossa escola.E2P4

Assim, de acordo com Maia e Bogoni (2008), para realizar uma gestão democrática é preciso acreditar que a atuação do todo conjuntamente “têm mais chances de encontrar os caminhos para atender às expectativas da sociedade a respeito da atuação da escola”. Quanto maior for o número de pessoas participando na vida escolar, maior é probabilidade de “estabelecer relações mais flexíveis e menos autoritárias entre educadores e comunidade escolar”, pois:

Quando pais e professores estão presentes nas discussões dos aspectos educacionais, estabelecem-se situações de aprendizagem de mão dupla: ora a escola estende sua função pedagógica para fora, ora a comunidade influencia os destinos da escola. As famílias começam a perceber melhor o que seria um bom atendimento escolar, a escola aprende a ouvir sugestões e aceitar influências (MAIA; BOGONI, 2008, p. 23) .

Uma gestão democrática precisa da participação ativa da comunidade escolar, no momento de partilhar o poder e tomar uma decisão. Implica a efetivação de novos processos de organização e gestão baseados em uma dinâmica que favoreça os processos coletivos e participativos de decisão.

É pela gestão que se estabelece unidade, direcionamento, ímpeto, consistência e coerência a ação educacional, a partir do paradigma, ideário e estratégias adotadas para tanto. Em suma, aperfeiçoa-se e qualifica-se a gestão para maximizar as oportunidades de formação e aprendizagem dos alunos. A boa gestão é, pois identificada, em última instância, por esses resultados (LUCK,2006, p.15) .

Participar da gestão democrática da escola significa que todos se sintam e efetivamente são participantes do sucesso ou do fracasso da escola em todos os seus aspectos.

[...] existe um trabalho por parte dos gestores para que isso ocorra, no qual são trabalhados todos seguimentos da escola visando obter a participação de todos. CEP4

2.1 Princípios de Convivência no Contexto Escolar

Existir humanamente é conviver. Não há existência humana no isolamento. O ser humano é “ser de relação”, caracterizado pela sua “incompletude”, por seu “inacabamento” e pela sua condição de “sujeito histórico”. É fundamental, contudo, partirmos de que o homem, ser de relações e não só de contatos, não apenas está no mundo, mas com o mundo. Estar com o mundo resulta de sua abertura à realidade, que o faz ser o ente de relações que é (FREIRE, 1999, p. 47).

A partir das relações do homem com a realidade resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura (FREIRE, 1999, p. 51).

A incompletude e o inacabamento, que caracterizam o ser humano, são categorias imprescindíveis para construirmos nossa convivência. Nós somos incompletos porque sem o outro não existimos. Não há sentido em pensar “eu e o mundo”. É preciso pensar “eu como um pedaço do mundo”.

Nisso consiste a incompletude:

(...) Inacabado que dizer ‘eu sou o movimento de estar sendo’, eu não sou alguma coisa que se completou. Nem na morte a gente se

completa. (...) Nós somos incompletos porque relacionais, porque a gente não existe sem a relação. Somos incompletos porque parte de um fluxo. Nós não existimos sem aquele com quem nos relacionamos, sem meio, sem a biosfera da qual somos uma emergência, mas também somos incompletos porque somos um fluxo, nós indivíduos e nós espécie, nós vida (MENEZES, Luiz Carlos de. In: ANTUNES, 2002, p.17)

Educar é tornar “o estar sendo no mundo” um permanente processo de humanização. E esse processo só é possível na convivência.

Construir princípios de convivência é construir condições para a formação da cidadania. Os princípios de convivência devem levar em conta que o lugar e o tempo de aprender não se separam do lugar e do tempo de ensinar. Onde e quando se aprende também se ensina.

Ao iniciar o ano letivo na Escola , a equipe diretiva reuniu os alunos por turma e turno a fim de conversarem sobre as Normas Gerais de Funcionamento e Convivência na Escola, que foram pré estabelecidas anteriormente com gestores, funcionários e professores.

[...]a participação nas discussões que decidem o que vai gerar as ações e as relações entre as partes envolvidas, pressupõe a compreensão e o esforço em cumprir os combinados. E2P2

Segundo Aredes (2002, p. 56), “Um dos elementos que atuam em defesa da gestão democrática na escola é a criação de hábitos democráticos que precisam ser vivenciados pelas pessoas que estão ligadas direta ou indiretamente à escola”.

Cada item foi discutido com os alunos em sala de aula, os mesmo tiveram liberdade para questionar, sugerir e modificar as regras pré-estabelecidas. Esses Princípios de Convivência foram enviados para casa de cada aluno com o mesmo intuito. Esse ato pode ser ilustrado com a reflexão de uma mãe de uma educanda da escola:

[...] quando se ajuda a construir as normas, geralmente assumimos como parte de nós e colocamos em prática. CEP2

Depois, foi agendando uma nova data para todos os alunos da escola, dividido por turno, pudessem se reunir a fim de discutir as normas compostas por cada turma, seguindo o padrão pré-estabelecido.

No turno da manhã, composto por alunos de 7^a à 8^a série do Ensino Fundamental e 1^a ao 3^a ano do Ensino Médio, reuniram-se no saguão da escola, juntamente com professores, funcionários e gestores, a fim de ser lida cada princípio pré-estabelecido e ouvir a opinião dos educandos em relação às mesmas.

[...] mais opiniões, mais sugestões para o funcionamento e convivência na escola. A1P2

A “assembléia” foi coordenada pela vice diretora do turno, a mesma ia lendo cada princípio e fazia questionamento para os educandos se entendiam, concordavam ou teriam alguma sugestão :

[...] é uma forma de fazer com que estas normas tenham uma relação mais concreta com a realidade da escola e também porque assim elas acabam sendo assumidas como próprias, uma espécie de contrato social. E3P2

O item 9, que fala sobre o cigarro, ficou estabelecido que no turno da manhã não seria permitido fumar dentro do pátio da escola.

Depois houve outro momento em que os educandos trouxeram as sugestões e críticas dos pais, que se manifestaram em relação ao cigarro sendo contra fumar dentro da escola. Então ficou decidido no turno da manhã que as regras seriam as mesmas que foram estabelecidas, tirando fora o item 9 (relativo ao cigarro).

Se quisermos que as crianças conservem o interesse pela escola, considerando-a como seu centro vital, como sua organização, é preciso nunca perder de vista que as crianças não se preparam para se tornar membros da sociedade, mas já o são, tendo já seus

problemas, interesses, objetivos, ideais, já estando ligados á vida dos adultos e do conjunto da sociedade (PISTRAK, 2000,p.42).

No turno da tarde, compostos por alunos do 1º ano à 6ª série do Ensino Fundamental, reuniram-se os alunos, juntamente com professores, funcionários e gestores, a fim de ser lida cada principio pré-estabelecida e ouvir a opinião dos educandos em relação às mesmas.

A “conversa” sobre os Princípios foi coordenada pela vice diretora do turno da tarde, a qual reuniu todos no saguão da escola. Os educandos manifestaram-se concordando com os mesmos e não fizeram nenhuma sugestão, sendo que o item 9(relativo ao cigarro), não constava no turno da tarde.

Alguns pais questionaram o item abaixo relacionado com a prática de boas ações: (1)Ajudar outro educando na matéria em que ele tenha mais dificuldade, por exemplo, uma hora por semana durante quatro semanas.(2) Acompanhar e contribuir num processo de ensino de apoio individual de um outro educando.(3) Ajudar um funcionário na limpeza, organização, arrumação, nos trabalhos da horta, etc. Fora do horário do ensino.(4) Embelezar e arrumar a sala de aula ou outro recinto da escola.(5)Fazer um trabalho social como ajudar uma pessoa (velha, doente, criança) na comunidade.

Essa prática de boas ações só é colocada em prática após a conscientização individual do educando através do dialogo de desenvolvimento ou conscientização coletiva, colocação da problemática no coletivo e reflexão sobre o acontecimento. Os pais só discordaram, mas não sugeriram outra alternativa.

[...] nem todos assumem o conjunto do funcionameto, ficando este fragmentado impossibilitando que muitas normas funcionem . CEP3

Em nossa prática educativa, tem sido preocupação constante o estabelecimento de uma convivência harmônica e participativa, fruto de um trabalho que visa, prioritariamente, a desenvolver o valor do respeito, o exercício da liberdade e a capacidade de assumir responsabilidades.

De acordo com os relatos dos entrevistados, a participação na construção das Normas Gerais de Funcionamento e Convivência na escola é muito importante:

[...] nós percebemos algumas mudanças em relação ao respeito entre educandos e educadores, é claro que ainda falta muito, pois estamos somente no início.

Portanto, se uma gestão democrática se constrói de maneira participativa, devemos valorizar os aspectos humanos em nossas escolas.

Decidir coletivamente é uma das principais estratégias da gestão democrática e à medida que nossos alunos, pais, professores e toda comunidade vivenciarem dentro da escola espaços para esse trabalho coletivo, abriremos caminhos para formarmos cidadãos coletivos.

Os princípios de convivência que definimos nos espaços educacionais devem contribuir para desnaturalizar a prática autoritária, burocrática, automatizada, impessoal, patrimonialista, individualista, competitiva, excludente, etc. Se não posso, de um lado, estimular os sonhos impossíveis, não devo, de outro, negar a quem sonha o direito de sonhar (FREIRE, 1997, p.118).

A Escola considera de fundamental importância não só a aceitação de tais pressupostos, mas, sobretudo, a sua vivência cotidiana. Observa-se, de acordo com as entrevistas, que embora a gestão idealizada não seja plenamente vivenciada, muitos sujeitos, especialmente os professores e alunos, identificaram mudanças significativa após a participação na Construção dos Princípios de Convivência na Escola; O envolvimento de professores, funcionários, gestores, comunidade escolar e alunos, facilitam e evidenciam o cumprimento dos Princípios de Convivência; Os mecanismos utilizados para a elaboração dos Princípios de Convivência na Escola Nova Sociedade correspondem ao paradigma de gestão democrática no PPP da escola; A escola apresenta característica de uma gestão democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a gestão democrática da educação implica em dar relevância aos princípios de descentralização e participação, básicos para implementação de um processo responsável pela condução dos destinos da instituição escola, em busca da transformação social. E, ainda, em dar relevância ao princípio de autonomia da escola, condição necessária para a ampliação da democratização da gestão escolar.

Neste sentido, a gestão democrática da escola pública exige a efetiva participação dos vários segmentos representativos da escola e da comunidade. A participação, fio condutor da gestão democrática envolve, necessariamente, a partilha do poder.

Ao longo deste estudo percebe-se a importância de construir coletivamente os princípios de convivência, pois uma gestão democrática se constrói de forma participativa, onde a comunidade escolar, educadores, educandos e funcionários se sintam à vontade para fazer colocações ou expressar as suas opiniões.

Na referida escola, percebe-se o envolvimento e a conscientização de gestores, funcionários, educadores, educandos e comunidade escolar em participar na elaboração dos Princípios de Convivência, pois se sentem importantes e assim o cumprimento dos mesmos é facilitado e evidenciado.

O presente trabalho foi de suma importância, uma vez que foi dada a oportunidade de aprofundar meus conhecimentos a cerca de gestão democrática no contexto escolar da Escola.

Conforme o relato dos entrevistados e da vivência no contexto escolar da escola Nova Sociedade, pode-se dizer que apresenta características de uma gestão educacional democrática.

A autonomia da Escola garante a liberdade para elaborar e gerir os seus próprios planos, programas e projetos, considerando a sua realidade, o momento histórico e, principalmente, as suas necessidades.

É preciso criar espaços para a participação de todos nas escolas, para se aprender a exercitar a democracia, pois a participação fortalece a gestão democrática.

REFERÊNCIAS

AREDES, A. P. J. **As políticas públicas que originaram as instâncias pró-democráticas de participação no Estado de São Paulo**. Org&Demo. Marília, n.3, p. 56, 2002.

BRASIL. **Lei n. 9394, de 20/12/96**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, n. 248, 1996.

_____. **Constituição**. República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRABO, T. S. A. M. **Democratização da escola sob uma perspectiva de gênero: um novo desafio**. Org&Demo. Marília, n. 5, p.36, 2004.

CALDART, Roseli Salette. **Escola é mais do que Escola na Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

_____. **Educação em movimento - Formação de educadoras e educadores no MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. O MST e a formação dos Sem Terra: O Movimento Social como princípio educativo. In: GENTILI, P. e FRIGOTTO, G. (Orgs.) **A cidadania negada; políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO NOVA SOCIEDADE. **Projeto Político Pedagógico – PPP**. Nova Santa Rita, 2008.

FREIRE, P. R. **Educação e mudança**. 8.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática pedagógica.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Organização do Trabalho na Escola: alguns pressupostos.** São Paulo: ÁTICA, 1994.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991. 270 p.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização,** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Organização e gestão da escola: teoria e prática,** Goiânia: Alternativa, 2001.

LOURENÇO, A. *et al.* **Projeto Pedagógico: concepções e demandas de questões atuais.** Rev. PEC, Curitiba, v.3, n.1, p.1-10, jul. 2002 – jul. 2003.

LÜCK, Heloisa. **Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores.** Brasília, v. 17, n. 72, p. 11-33, fev./jun. 2000.

_____. **Gestão educacional – uma questão paradigmática.** Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

LÜCK, Heloisa, et al. **A escola Participativa – o trabalho do gestor.** 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Gestão Democrática da escola, ética e sala de aula.** ABC Education, n. 64. São Paulo: Criarp, 2007.

MAIA, Benjamin Perez; BOGONI, Gisele D'angelis. **Gestão Democrática. Coordenação de Apoio à Direção e Equipe Pedagógica – CADEP.** 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/cadep/gestao_democratica>. Acesso em: 02 set. 2010.

MACHADO, Ana Luiza. **Papel dos Gestores Educacionais num Contexto de Descentralização para a Escola**. 2000. Disponível em : <<http://www.schwartzman.org.br/simon/delphi/pdf/amachado.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2010.

MACHADO, Maria Aglaê de Medeiros. Desafios a serem enfrentados na capacitação de gestores escolares. **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 72, p. 97 - 112, fev/jun, 2000.

MENEZES, Luiz Carlos de. In: ANTUNES, Ângela. **Leitura do mundo no contexto da planetarização: por uma pedagogia da sustentabilidade**. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2002.

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST .Disponível em: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em: 8 mai. 2010.

NÓVOA, António. **Para uma análise das Instituições Escolares**. In: António Nóvoa. (coord.). As organizações escolares em análise. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. PRPGP. **Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses – MDT/UFSM**. 5. ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, PRPGP, 2000. 21p.

PAES DE BARROS, A. J. e SOUZA LEHFELD, N. A. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 102 p.

PARO, Vitor. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2003.

PIERRO, et. al. **Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. In: Cadernos Cedes. Ano XXI, n. 55, nov. 2003

PIMENTA, Selma G. e ANASTASIOU, Lea das G. C . **Docência no Ensino Superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

PISTRAK, M.M. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão popular, 2000.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2000.

VEIGA, Ilma P. **Formação de Professores: políticas e debates**. 2.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

XAVIER, Maria Luisa M. **Disciplina na escola: Enfrentamentos e reflexões**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2002.

WITTMANN, Lauro Carlos. **Autonomia da escola e democratização de sua gestão: novas demandas para o gestor**. *Revista Em aberto*, Brasília, n. 72, 2000. Disponível em: <<http://www.crmariocovas.sp.gov.br/dir>>. Acesso em: 12 mai. 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Formulário Utilizado para Entrevista



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

1- O que você entende por Gestão Democrática?

2- Você acha importante a sua participação na construção das Normas Gerais de Funcionamento e Convivência na Escola? Por quê?

3- Você acredita que as Normas Gerais de Funcionamento e Convivência na Escola, estão sendo praticadas? Por quê?

4- Você percebe uma Gestão Democrática nesta escola? Por quê?

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma.

1. Dados de identificação:

Título do Projeto: A construção de Princípios de Convivência em Contexto de Gestão Democrática.

Pesquisador (a): Michele Martins dos Santos

Pesquisador (a) Responsável: Maria Luiza Rodrigues Flores

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Universidade Federal de Santa Maria

Telefones para contato: (55) 32208411

Endereço para contato: Avenida Roraima, nº 1000 – Cidade Universitária – Bairro Camobi – Santa Maria – RS 97105-900

2. A justificativa, problema(s) a investigar e objetivos da pesquisa:

Sou educadora nesta referida escola há três anos. Quando iniciei minha atividade docente, percebi que existia algo diferente no âmbito do contexto escolar, pois os gestores articulavam suas decisões com professores, funcionários, alunos e comunidade escolar, nada era imposto, e sim discutido e avaliado. Por isso, resolvi fazer um estudo de caso, na referida escola, para investigar a participação de professores, funcionários, gestores, comunidade escolar e alunos, na construção dos Princípios de Convivências.

3. Os procedimentos a serem utilizados:

Pesquisa Qualitativa em Educação, do tipo descritiva, da realidade da Escola Estadual de Ensino Médio Nova Sociedade. Investigou de forma aprofundada a realidade da Escola, utilização de TCLE para todos os sujeitos entrevistados, solicitação de autorização da escola, realização de entrevistas com os segmentos, análise das entrevistas, pesquisa bibliográfica e análise documental .

APÊNDICE C – Autorização da Escola



ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO NOVA SOCIEDADE

AUTORIZAÇÃO

Eu, CÍCERO MARCOLAN, diretor da ESCOLA DE ENSINO MÉDIO NOVA SOCIEDADE, localizada no município de NOVA SANTA RITA, autorizo a publicação dos dados referentes ao tema **Princípios de Convivência**, coletados NESTA ESCOLA, junto aos educandos, educadores, gestores e pais, integrantes desta Comunidade Escolar, que foram obtidos no âmbito da pesquisa a ser apresentada no Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria, intitulado **“A construção de Princípios de Convivência em Contexto de Gestão Democrática.”**, trabalho este realizado por Michele Martins dos Santos. Esta pesquisa coletou dados no período de 15/02/2010 a 15/07/2010, tendo por objetivo investigar a participação de professores, funcionários, gestores, comunidade escolar e alunos, na construção dos Princípios de Convivência.

Esta autorização para a publicação dos dados coletados é restrita ao âmbito deste trabalho.

- () autorizamos informar o nome da Escola no trabalho.
- () não autorizamos informar o nome da Escola no trabalho.

Nova Santa Rita, 15 de Agosto de 2010.

Assinatura do responsável pela Direção da Escola

ANEXOS

ANEXO A – Princípios de Convivência



ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO NOVA SOCIEDADE

Estrada do Luizinho, s/nº – Bairro Assentamento Itapuá

Caixa Postal 129 – Fone/Fax 051 35013618

E-mail escolanovasociedade@hotmail.com

NOVA SANTA RITA/RS

CNPJ: 92.941.681/0001- 00

Filosofia da Escola:

A Escola rege-se por princípios filosóficos e pedagógicos vinculados a Pedagogia do MST - Movimento Sem Terra e aos Princípios e Diretrizes da Educação Pública Estadual, buscando desenvolver uma educação como processo permanente de formação e transformação, voltada para as várias dimensões do ser humano, abrangendo o conhecimento científico, com conteúdos socialmente úteis e voltados para o campo, e a construção da memória e dos valores humanistas de forma participativa e igualitária. Partindo da realidade e da cultura da comunidade, organiza-se coletivamente, buscando a cooperação na comunidade escolar, desenvolvendo e incentivando os valores humanistas e resgatando a dignidade da pessoa humana.

Princípios de convivência:

1. É indispensável respeitar a todos: educadores, funcionários, educandos e visitantes.
2. Agressões verbais e ofensas não serão toleradas.
3. Para desenvolver um trabalho qualificado deve-se manter o silêncio na biblioteca e desenvolver o material emprestado no tempo definido.
4. Optamos pela reciclagem do lixo.
- 5.

Regras de Convivência:

1. Os horários estabelecidos devem ser cumpridos
2. O educando deve manter-se no recinto escolar durante o período de aulas.
3. Ao final do turno escolar o educando deve dirigir-se para o local indicado pela família.
4. O educando e a família devem informar ausências com antecedência e justificar faltas.
5. O educando deverá vir à Escola com o material necessário para aprendizagem: Livros, cadernos, lápis, borracha, canetas...
6. As tarefas de casa devem ser realizadas a fim de manter o educando envolvido com sua aprendizagem.
7. Zelar pelo meio-ambiente, fazendo com que seja um espaço agradável e de defesa ecológica, limpo e organizado.
8. O aparelho celular deve permanecer desligado no recinto escolar.
9. Cigarro: somente nos locais e horários permitidos.
10. Deve-se zelar pela higiene e apresentar-se ao ambiente escolar com roupa adequada.
11. Somente os formandos têm direito de vender merenda na escola.
12. As bolas da escola devem ser usadas somente nas aulas de Educação Física ou quando autorizados pela Equipe Diretiva.
13. Colocar o lixo nas lixeiras conforme discriminação (orgânico, plástico, papel, vidros).
14. Zelar pela conservação e manutenção do patrimônio.

Princípios legais:

1. Atitudes de agressão física não serão toleradas no ambiente escolar.

2. Não será permitida a apropriação de material ou objetos que não lhe pertencem.
3. Todo dano aos bens da escola deverá ser avisado à Equipe Diretiva e implica indenização ao patrimônio público.
(Encaminhados à autoridade competente).

Cabe ao Educando:

- Ser pontual em todas as atividades escolares;
- Zelar pela conservação do prédio, móveis, equipamentos e materiais da escola;
- Cooperar com a ordem e higiene do ambiente escolar;
- Ter atitudes humanistas, zelando pelo bom nome da escola;
- Cumprir compromissos escolares como temas, entrega de trabalhos e outras atividades;
- Ser comprometido, interessado, educado, dedicado, atencioso e respeitador.
- Respeitar a história da escola e seus princípios.

Normas Gerais de Funcionamento e Convivência na Escola:

- Os educandos que faltarem em dia de prova, só as farão mediante atestado médico ou bilhete dos pais, sendo de responsabilidade do educando procurar o educador(a) para apresentar esses documentos.
- As atividades solicitadas pelos educadores deverão ser entregues na data marcada.
- O material do educando é de sua responsabilidade, devendo trazê-lo e levá-lo para casa ao final da aula.
- A danificação de bens da escola deverá ser ressarcida pelos responsáveis ou o próprio educando.
- O educando que precisar sair mais cedo, deverá trazer bilhete assinado pelo responsável justificando sua saída. O bilhete deverá ser entregue à Direção da escola para que seja autorizado.
- A entrada e a saída do educando da sala de aula só ocorrerá quando o educador permitir.
- Não será permitido trazer objetos para a sala de aula que não sejam solicitados pelo educador . Portanto, materiais como revistas, rádios, brinquedos, celulares e outros se considerados inadequados serão recolhidos e só serão entregues aos responsáveis.
- Não será permitida a permanência dos educandos na escola, no turno oposto de sua aula, salvo quando solicitado pela coordenação e ou educadores.
- Em caso de agressão física ou verbal a colegas, educadores e funcionários, o educando só retornará a escola, acompanhado pelos pais ou responsáveis.
- A escola não se responsabiliza pelos educandos ou pelo que possa acontecer fora do pátio da escola, fora do horário de aula.
- Após o recreio não haverá tolerância para o retorno à sala de aula.
- Os educandos só participarão de eventos fora da escola acompanhados pelos educadores com autorização dos pais ou responsáveis.

Consequências de quebrar as regras:

A disciplina não deve ter conotação punitiva, mas de orientação, **conscientização** e quando necessário com consequências de conduzir a fazer ações úteis para o coletivo. Uma ação destrutiva deve ser retribuída por uma boa ação – **prática em boas ações**. Se o educando agir de forma destrutiva de

modo sistemático, no caso extremo a presença dele na escola é controlada e limitada.

- 1 Reparar danos causados nos materiais.
- 2 Prática em boas ações. Exemplo:
 - i. Ajudar outro educando na matéria em que ele tenha mais dificuldade, por exemplo, uma hora por semana durante quatro semanas.
 - ii. Acompanhar e contribuir num processo de ensino de apoio individual de um outro educando.
 - iii. Ajudar um funcionário na limpeza, organização, arrumação, nos trabalhos da horta etc. Fora do horário do ensino.
 - iv. Embelezar e arrumar a sala de aula ou outro recinto da escola.
 - v. Fazer um trabalho social como ajudar uma pessoa (velha, doente, criança) na comunidade.
- 3 Conscientização individual através do dialogo de desenvolvimento
- 4 Conscientização coletiva; colocação da problemática no coletivo e reflexão sobre o acontecimento

Limites extremos:

- 5 Conscientização da problemática com os pais. Formalização de uma ocorrência documentada e assinada pelos pais.
- 6 O retorno para a escola pode ocorrer somente com a presença de um dos pais.
- 7 Ensino á distancia com tempo determinado sem poder participar das aulas.
- 8 Suspensão temporária da escola.
- 9 Suspensão definitiva da escola conforme a legislação em vigor.

Prêmios coletivos:

Para incentivar a responsabilidade coletiva e a solidariedade é aplicada uma **premiação coletiva** no nível de escola/turmas. A premiação significa que os educandos ou funcionários podem escolher uma atividade agradável e útil ou prêmios conforme exemplos citados abaixo. A coordenação estabelecerá o período para a premiação.

Exemplos de prêmios coletivos:

- 1 Organizar um passeio interessante e útil.
- 2 Organizar um evento de esporte.
- 3 Organizar uma festa, dança etc.
- 4 Ganhar uma merenda especial.
- 5 Assistir um filme de sua escolha (mas útil no sentido de educação)
- 6 Escutar música da sua escolha juntos e depois conversar sobre ela.
- 7 Uma bola...